

795-mp

MARCELLO CAETANO  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

# TEMOS AGORA DE VOTAR

ALOCUÇÃO EM 24 DE  
OUTUBRO DE 1969.  
ATRAVÉS DA RÁDIO  
E DA TELEVISÃO

.I. 569

795-mp





795-Rp



MARCELLO CAETANO  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

# TEMOS AGORA DE VOTAR

ALOCUÇÃO EM 24 DE  
OUTUBRO DE 1969,  
ATRAVÉS DA RÁDIO  
E DA TELEVISÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1969



695/5  
JEN'S

INCORPORAÇÃO

324

TEMOS AGORA  
DE VOTAR

APRESENTAÇÃO EM 14 DE  
OUTUBRO DE 1964  
ATRAVÉS DA RÁDIO  
E DA TELEVISÃO

EXTERMINAÇÃO DE INIMIGOS DA PAZ

Encerra-se hoje a campanha eleitoral. Se a compararmos com outras anteriores (designadamente a última que teve por objecto a eleição presidencial no nosso país) temos de reconhecer que decorreu de modo ordeiro. Um ou outro incidente acontece sempre. Ainda há pouco os jornais noticiavam, ao cabo da campanha decorrida num país democrático do centro da Europa, caracterizada por numerosos recontros entre sectários de partidos diversos, que o saldo se cifrava por muitas dezenas de feridos. Ao pé disso havemos de reconhecer que demos um exemplo de cordura e respeito mútuo.

Os candidatos da opposição que há pouco reunidos numa cidade de província deliberaram ir às urnas, comunicaram que o faziam «apesar das intimidações recebidas». Aqui é que já se falta ao respeito pelos outros. O Governo não intimidou ninguém. Estabeleceu normas a seguir e procurou fazê-las cumprir. Que as normas fixadas foram benéficas, está provado pela forma como se evitou maior perturbação da vida do País. Mas é falso que da parte das autoridades ou de qualquer entidade responsável tivesse

havido ameaças ou coacção sobre os membros dos grupos oposicionistas.

Do que o Governo tem sido acusado por muitas pessoas é da liberdade com que, em escritos e discursos, se propagandearam doutrinas subversivas, se fez a apologia da greve e da acção directa, se atacou a posição de Portugal no Ultramar, e se insultaram homens de bem.

Ameaças ou intimidações irresponsáveis, feitas anònimamente, dessas podem os candidatos da opposição ter recebido. Mas recebemo-las nós todos, membros do Governo e candidatos da União Nacional, e votámos-lhes o desprezo que merecem.

Os candidatos da opposição podiam, pois, ter-se dispensado de chamar estrangeiros para virem verificar como decorria a propaganda eleitoral e como eram feitas as eleições em Portugal. Lastimo profundamente que portugueses tivessem chegado até aí. Tivessem chegado até ao ponto de convocar membros das direcções da Internacional Socialista e de vários partidos socialistas estrangeiros para observar e controlar actos políticos que só dizem respeito ao povo português.

Esses senhores entraram em Portugal como turistas. Como turistas podiam passear, mover-se, ver o que lhes apetecesse, com a mesma liberdade e franqueza com que a todos os turistas patenteamos a nossa terra e as nossas coisas. Mas é evidente que, como quaisquer outros estrangeiros, estavam sujeitos ao dever internacionalmente reconhecido e acatado, de não se intrometer na política interna do País.

Sabíamos, aliás, que não podíamos contar com a sua objectividade, nem com a sua imparcialidade acerca de Portugal, do seu regime, das suas instituições. Diriam necessariamente mal de nós e um deles, mesmo, começou a escrevê-lo, para um jornal da sua terra, logo após a chegada aqui. Mas tínhamos de lhes exigir em território português a mesma correcção que o governo de qualquer país exigiria em casos semelhantes a cidadãos portugueses no seu território.

Fala-se por vezes em regressar ao regime dos partidos: estaremos nós dispostos a tolerar a intromissão na vida política portuguesa de partidos filiados, dependentes e observantes de internacionais, seja a segunda ou seja a terceira, apresente-se ela colorida com o amarelo do socialismo ou o vermelho cor de sangue do comunismo?

Com surpresa profunda e profundíssima tristeza soube, eu que pensava que entre portugueses podia haver divergências de opinião mas não existia quem, consciente e deliberadamente, abdicasse da dignidade nacional, com indizível mágoa soube agora que numa reunião, alguém com particulares responsabilidades, saudou em especial um socialista sueco presente e com ele se congratulou pelo auxílio que o governo e o partido socialista da Suécia prestam aos movimentos antiportugueses em África!

Isto não o esperava eu. Isto não julgava eu que fosse possível entre portugueses, numa reunião de portugueses, em terra portuguesa.

Não há dúvida de que esses senhores puseram a sua qualidade de cidadãos da Internacional acima daquela que

deviam prezar sobre todas de cidadãos portugueses. Mas serão dignos então de representar portugueses?

Temos agora de votar. Tempos antes de se iniciar a campanha eleitoral disse eu que era preciso pôr bem a claro, no próximo sufrágio, que o povo português não era pelo abandono do Ultramar.

Esta frase foi muito criticada em certos meios que a entenderam como a submissão da política ultramarina a um plebiscito.

A Pátria não se discute: eis uma proposição que ninguém pode pôr em dúvida. Mas se é certíssimo que tudo quanto respeita à unidade e à integridade da Pátria não deve ser discutido pelos seus filhos, isso não significa que todos cumpram esse dever. Uma coisa é o que deve ser, outra o que é. Viu-se nesta campanha eleitoral que havia quem discutisse a política ultramarina, empregando, aliás, quase palavra a palavra, muitas das razões, dos argumentos e das soluções apresentados no estrangeiro pelos adversários de Portugal. Não ganharíamos em ignorá-lo. Nem é inteligente fazer de conta que o ignoramos. Temos de responder-lhes internamente, como o fazemos nas assembleias internacionais. E precisamos de mostrar ao mundo que o Governo, ao seguir determinada política, tem o apoio do eleitorado.

Disso é que ninguém pode alimentar dúvidas: a autoridade do Governo para prosseguir interna e internacionalmente a política ultramarina será reforçada ou enfraquecida pelo comportamento do eleitorado.

Que os adversários dessa política votem contra, já o esperamos. Que os que a apoiam não votem com o Governo, isso não se compreende. Pior do que tudo será a abstenção. A abstenção de certos bem-pensantes, daqueles que têm uma solução muito boa só deles, daqueles que estão de acordo com restrições, daqueles que aproveitam o ensejo para dar largas aos seus ressentimentos pessoais ou às suas embirrações tradicionais, daqueles que por se julgarem muito inteligentes ou muito patriotas negam a quem governa inteligência e patriotismo, a abstenção dos pilatos que não têm coragem para enfrentar o duro dilema que está posto à Nação quer queiramos quer não, e optam por lavar as mãos, deixando aos outros que se arranjem. E o dilema é este, repito: continuamos a defender o Ultramar ou entregamo-lo aos nossos inimigos?

Fala-se muito em participação, em intervenção dos indivíduos na vida colectiva. Pois estas eleições dão um ensejo de participar, isto é, de tomar responsabilidades na condução da Nação.

Temos de nos convencer de que não podemos continuar a viver alheados do drama da política contemporânea. A sociedade em que existimos está ameaçada pelo comunismo totalitário e pelo anarquismo. Não nos deixemos iludir pelas vozes melífluas dos inocentes úteis. Não nos deixemos seduzir pelas miragens de uma sociedade ideal onde ninguém tenha críticas a fazer e todos vivam felizes e contentes. O muro de Berlim lá está erguido a mostrar no que dão tais promessas de felicidade.

As doutrinas desses movimentos, disfarçados sob o rótulo da democracia, expandem-se no nosso meio, penetram de dia para dia nos círculos da juventude, ganham insidiosamente terreno.

Para muitas pessoas o que o Governo tem a fazer é intensificar a acção da policia, endurecer a intervenção da censura, reprimir a todo o custo todas as actividades contrárias à ordem social.

Claro que o Governo não deixará de cumprir o seu dever nessa luta. Mas pergunto: será conveniente deixar viver o comum das pessoas na ignorância do que se passa? A questão interessa ou não interessa a todos? Pode o Governo sozinho doutrinar, impugnar, combater, enquanto os cidadãos interessados fazem pacatamente a sua vida e as suas digestões, não se dispensando de vez em quando de entrar no coro da propaganda adversária e acalentando-a até?

Haverá vantagem em privar os portugueses dos reflexos normais de uma consciência política esclarecida perante ataques injustos e infundamentados, se bem que enroupados em hábeis adereços verbais?

Será conveniente cultivar o comodismo, animar a preguiça mental e deixar correr a impreparação para a luta, que se não for travada a tempo no domínio da inteligência e nas acções quotidianas, pode vir a converter-se em guerra civil?

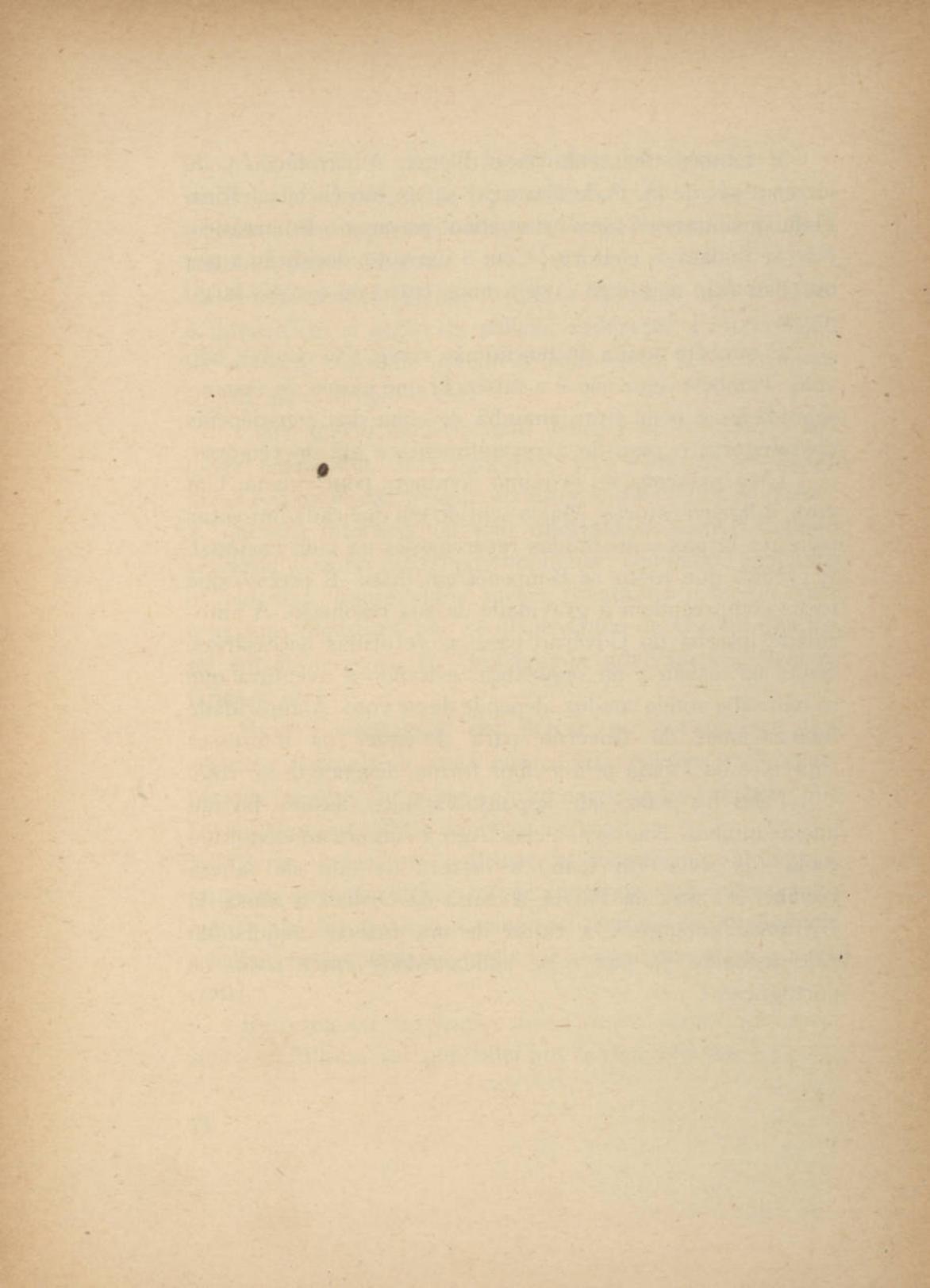
Reforma ou revolução, foi a outra opção que apresentei na última vez que falei aos telespectadores.

E também mantenho esse dilema. A revolução pode vir com pés de lã. Pode disfarçar-se em inocência pacífica. Pode insinuar-se como simpático processo democrático. Não se iludam os eleitores! Com o seu voto, decidirão a paz ou chamarão a guerra civil a mais curto ou a mais largo prazo.

E também aqui a abstenção não serve, não resolve, não vale. Também aqui não é a ausência que exime de responsabilidades e pode tirar amanhã de cima das consciências dos eleitores o peso do arrependimento e até do remorso.

Uma presença no próximo domingo, pouco custa. Um voto, é ligeiro esforço. Mas o sentido em que cada um votar pode ter largas e profundas repercussões na vida nacional. É preciso que todos se compenetrem disso. É preciso que todos compreendam a gravidade da sua resolução. A autoridade interna do Governo para as reformas necessárias, feitas na ordem e na segurança, evitando a aventura que se não sabe aonde conduz, depende desse voto. A autoridade internacional do Governo para defender os interesses supremos da Pátria pela melhor forma, depende desse voto.

Falei há pouco em responsabilidades: assumi há um ano as minhas. Não fujo a elas. Agora cumpre ao eleitorado tomar as suas. Eu tenho a certeza de que ele saberá escolher a causa da Pátria, a causa da Ordem, a causa do Ultramar português, a causa de um futuro conquistado pelo trabalho na paz e na solidariedade entre todos os portugueses!





2785

NB



\*EFG0000513150\*



S.